

06/01/2017 às 05h00 1

BNDES oferece R\$ 13 bi para acelerar retomada

Por Francisco Góes, Juliana Schincariol e Rodrigo Polito | Do Rio



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai assumir papel inédito como supridor de capital de giro para as empresas nacionais. Até 31 de dezembro, o banco vai oferecer R\$ 13 bilhões na linha BNDES Progeren, de fortalecimento da capacidade de geração de emprego e renda, dos quais R\$ 5 bilhões de forma direta, o que até agora nunca tinha ocorrido de maneira ampla, e R\$ 8 bilhões via agentes financeiros.

A oferta de capital de giro sem a intermediação dos agentes faz parte das novas políticas operacionais anunciadas pelo BNDES na maior reformulação nas condições de financiamento em quase uma década. A última mudança havia ocorrido há nove anos.

"Nesse momento, nossa ênfase em capital de giro é para preservar a atividade econômica e os empregos", disse Maria Silvia Bastos Marques, presidente do BNDES ao anunciar as novas políticas operacionais na sede do banco, no Rio de Janeiro. Segundo ela, a instituição tem um olhar de curto prazo, conjuntural, em que busca ampliar o acesso a crédito para além da rede bancária tradicional.

O banco quer atrair novos canais de distribuição de produtos, dentro do esforço de aumentar o acesso a crédito. Entre esses canais, estão plataformas digitais e "fintechs", empresas que usam tecnologia de forma intensiva para oferecer produtos na área de serviços financeiros. "Estamos em conversas avançadas com uma grande plataforma [digital] e com uma "fintech" para que possam distribuir nossos produtos", disse Maria Silvia.

Novas diretrizes

Políticas operacionais do BNDES

Condições Gerais

Acesso a capital de giro, com operações diretas para financiamentos a partir de R\$ 10 milhões e participação máxima de 90% do investimento.

Prazo máximo para aquisição de máquinas e equipamentos: até 120 meses.

Limite no pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio: acima de 25% nos financiamentos com 90% ou mais em TJLP.

MPMEs

Prazo de R\$ 10 milhões para até R\$ 300 milhões de receita operacional bruta.

Acesso a financiamento de até 90% do investimento em TJLP.

Agiência no comércio e indústria nos prazos de 30 para 2 dias até fim de 2017.

Garantias

Ampliação da cobertura do FGI de 70% para até 80% do financiamento.

administração do BNDES, que assumiu em maio de 2016, depois da posse de Michel Temer.

As mudanças vão fazer surgir um banco em que os instrumentos financeiros (linhas e programas) foram consolidados, sendo reduzidos de 100 para 50 diferentes condições de crédito. O objetivo é garantir uma simplificação nas modalidades de financiamento e maior transparência nas operações. Com os ajustes, o Finem, que inclui operações diretas com financiamentos iguais ou superiores a R\$ 20 milhões, caiu de 22 linhas para quatro.

As reformulações levaram também a uma consolidação de todas as linhas de financiamento em duas linhas básicas: uma "incentivada", com até 80% do custo do crédito em TJLP, e outra "padrão", referenciada em taxas de mercado. A linha Finame, importante para o financiamento de bens de capital, teve o prazo ampliado de cinco para dez anos.

Outra mudança importante na Finame é o sinal dado pelo banco que vai reduzir a participação máxima da TJLP nos financiamentos para veículos movidos a combustíveis fósseis (diesel), como caminhões e ônibus. "O banco não financia mais térmicas a carvão e as tecnologias verdes, como os veículos limpos [elétricos], terão parcela maior em TJLP", disse Maria Silvia.

Segundo ela, o banco passará a focar nos atributos dos projetos e não nos setores, tornando a atuação do BNDES mais horizontal. "Um projeto de inovação, por exemplo, terá o mesmo tratamento, do ponto de vista do percentual financiável em TJLP, independentemente do setor onde atua. Vamos tratar projetos semelhantes de forma semelhante."

O peso maior dado pelo banco ao capital de giro neste momento considera a necessidade de manter o canal de crédito irrigado em uma conjuntura em que as empresas, sobretudo as micro, pequenas e médias, enfrentam dificuldades de acessar as linhas dos bancos, e há companhias entrando em recuperação judicial quase todos os dias.

O BNDES Progeren já existia dentro de um orçamento antigo de R\$ 10 bilhões do banco, usado nos últimos anos com aporte de novos recursos. De janeiro a novembro do ano passado, essa linha desembolsou R\$ 2 bilhões e, segundo Ricardo Ramos, diretor da área de operações indiretas, esse estoque de R\$ 10 bilhões acaba este mês. No fim de janeiro, o banco vai abrir mais R\$ 8 bilhões no Progeren para financiamentos em operações indiretas.

O valor mínimo de financiamento do Progeren, na modalidade direta, será de R\$ 10 milhões por operação. Houve redução no limite para essas operações diretas, que antes era de R\$ 20 milhões, o que na lógica do BNDES vai facilitar o acesso a crédito. Micro, pequenas e médias empresas com receita operacional bruta de até R\$ 90 milhões por ano terão custo 100% em TJLP, taxa de referência dos empréstimos do banco, hoje em 7,5% ao ano. A média empresa -faturamento entre R\$ 90 milhões e R\$ 300 milhões - terá custo 50% em TJLP e 50% em juros de mercado. As grandes empresas, com receita acima de R\$ 300 milhões, pagarão taxas atreladas 100% ao mercado, sem subsídio.

Ramos também anunciou maiores facilidades para as micro, pequenas e médias empresas. Um dos objetivos é encurtar o prazo de concessão do financiamento de 30 dias para 2 dias até o fim de 2017. Houve mudança na classificação do porte dessas empresas, para até R\$ 300 milhões de receita operacional anual, o que segundo Maria Silvia deve permitir que mais 1,5 mil empresas sejam beneficiadas pelas condições oferecidas para este segmento.

As micro, pequenas e médias também poderão contar com ampliação das garantias do Fundo Garantidor para Investimento (FGI). O FGI aumentará sua cobertura de 70% para 80% do financiamento. E haverá redução da exigência de garantias reais na utilização do FGI. Segundo Maria Silvia, o banco passará a aceitar, sob certas condições, recebíveis de empresas que não tenham garantias reais para oferecer, inclusive recebíveis lastreados em cartão de crédito.